ADUNESP *in*FORMA

Adunesp
Seção Sindical do Andes - Sindicato Nacional

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Seção Sindical do Andes - Nº 42 - Dezembro 2004

Foto: Reprodução Estadão

Uma reforma contra os interesses da população

Em 5 pontos, as principais razões que levam a Adunesp a se opor firmemente às medidas batizadas pelo governo Lula como "reforma universitária". Nas páginas 7 a 13, as últimas informações sobre o ProUni, fundações, Inovação Tecnológica etc. E mais:

- **A marcha contra as reformas em 25/11**
- **A audiência pública sobre o projeto de cotas na Assembléia Legislativa de SP**
- **A participação da Adunesp nos debates do VII Congresso dos Trabalhadores da Unesp**

Atenção, docentes

De 17 a 28 de janeiro, acontecem assembléias nas unidades

Na pauta, a escolha dos delegados ao 24º Congresso do Andes e o debate sobre a relação do Sindicato com a CUT

Página 3

Adiamento do CO

Reitor manobra para impedir debate sobre resultado das Comissões

Página 2

Adunesp reafirma princípios e cobra compromisso do novo reitor

Página 3

Luta contra as reformas e relação com a CUT foram os eixos do 49º Conad do Andes

Páginas 14 a 16

Foto: Andes

Editorial

A manobra do reitor para impedir o debate sobre o resultado das Comissões

A reunião extraordinária do Conselho Universitário para avaliar os resultados das Comissões de Averiguação (sobre as finanças da Universidade e sobre a expansão de vagas nos últimos anos), marcada para 15/12, simplesmente foi suspensa pelo reitor Trindade. A intenção, claramente, é a de impedir que os dados apresentados sejam debatidos pelos conselheiros e cheguem à comunidade. Diante de mais este ato arbitrário e antidemocrático, a Adunesp e o Sintunesp divulgaram um manifesto durante a reunião ordinária do CO, marcada para 13/12. Veja a íntegra a seguir:

AOS MEMBROS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Esta será uma gestão que não terminará...?

Quem serão os responsáveis? Qual é a função do órgão máximo da Universidade? Para onde está indo a Unesp?

No final de uma gestão da reitoria, tais questões trazem preocupação à comunidade e reafirmam a crise institucional que vivemos, atualmente, em nossa Universidade.

Durante a gestão Trindade, a Adunesp-Seção Sindical e o Sintunesp, em muitos momentos, foram vozes solitárias contra as ações e tomada de decisões do atual reitor, que comprometeram e comprometerão ainda mais a manutenção da Unesp como uma universidade pública e de qualidade.

Sistematicamente, apesar de ouvirmos nos corredores que estávamos corretos na avaliação e propostas apresentadas aos colegiados, principalmente no CO, as constatações e denúncias que fizemos foram desconsideradas.

Mas, e agora, conselheiros?

Fruto da manifestação da comunidade durante a greve de 2004, que exigia uma auto-convocação do CO para tratar da crise da Unesp, é que o senhor reitor convocou uma reunião deste Conselho. Foi este fato que levou a situação da Unesp a ser debatida. Nesta reunião oficial, onde foi cassado o direito de manifestação dos sindicatos, o "órgão máximo" de decisão desta Universidade deliberou pela constituição de uma Comissão de Averiguação sobre as finanças da Unesp e pela continuidade de uma outra Comissão, que analisava a expansão de vagas ocorridas nos últimos anos, principalmente nas Unidades Regulares. Estas Comissões teriam o prazo até o final deste ano para apresentar seus relatórios sobre estes problemas apontados por professores, funcionários e estudantes, durante a greve, e que necessitavam ser conhecidos com mais detalhes e avaliados. Isto, possivelmente, levaria à revisão das deliberações aprovadas por este Conselho.

As Comissões trabalharam exaustivamente durante este semestre, com o objetivo de apresentar seus resultados ainda na gestão Trindade, conforme deliberação do CO. Isso tanto é verdade que estava convocada uma reunião extraordinária deste Conselho para o dia 15/12/2004.

Mas, o que fez o democrático reitor?

Está tentando fechar com "chave de ouro" sua gestão. Desrespeitou, mais uma vez, este Conselho e, portanto, a todos os conselheiros, aos membros das Comissões e à comunidade unespiana, **DESMARCANDO** a reunião.

Enquanto o desrespeito era apenas sentido pelas entidades sindicais, durante a gestão, muitos consideravam que o reitor estava correto, porque seríamos "radicais". Mas, agora, os desrespeitados foram vocês, legitimamente eleitos para representar esta comunidade. Portanto, conselheiros, não há como se esconder. Esta decisão desrespeita uma deliberação aprovada por este Conselho e precisa ser modificada urgentemente.

Isto se torna ainda mais importante porque a crise parece ter aumentado. O Cade reprovou a proposta de orçamento para 2005, as contas de 2004 não fecham, as dívidas de empréstimos começarão a ser pagas no próximo ano e as verbas extra cota-parte do ICMS "carimbadas" não estão garantidas na LO.

Como discutir o Orçamento 2005 neste Conselho, sem debater a real situação financeira desta Universidade?

É inaceitável termos uma peça orçamentária que não leve em consideração as prioridades desta Universidade. Pior, ainda, é apresentar uma proposta onde são diminuídos o investimento, a assistência estudantil, o custeio de cada unidade (já que este deverá ser dividido entre os *campi* e as Unidades Diferenciadas). Não há previsão de verbas para contratação de professores e funcionários. Por outro lado, é ampliada a verba da Fundunesp, do pagamento da dívida com o Ipesp (não deliberado por este Conselho em 2004), do Plano Mais Unesp (sobre o qual muitas dúvidas são apresentadas no relatório da Comissão de Averiguação.

Conselheiros, vocês respaldarão este quadro? Como discutir o Orçamento 2005 sem discutir o relatório da Comissão?

Desta forma, é fundamental que o CO inclua na pauta, em regime de urgência, a discussão do resultado das Comissões, antes da discussão do Orçamento 2005.

Você, conselheiro, foi democraticamente eleito pela comunidade que, agora, como sempre, necessita ser representada no órgão máximo desta Universidade. Portanto, assuma seu papel de representante e exija a discussão dos relatórios das Comissões. Este será, provavelmente, o primeiro passo para recolocarmos nossa instituição nos trilhos e lutarmos pela sua manutenção como uma das melhores universidades públicas do país.

Pela imediata inclusão dos relatórios das Comissões na pauta da discussão!
Explicações, já, do atual reitor para os problemas detectados pelas Comissões!
Revisão da peça orçamentária com destaques das prioridades da Unesp!

ADUNESP S. SINDICAL SINTUNESP

São Paulo, 13 de dezembro de 2004.

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Adunesp Seção Sindical

Diretoria: Milton Vieira do Prado Jr. (presidente), Sueli Guadelupe de Lima Mendonça (vice-presidente), Rubens Pereira dos Santos (secretário-geral), Maria Aparecida Segatto Muranaka (vice-secretária), Osvaldo Gradella Jr. (tesoureiro-geral), Marcelo Batista Hott (vice-tesoureiro).

Praça da Sé, 108, 3º andar, SP. Fones (11) 3242-7080.

Home page: www.adunesp.org.br

E-mail: adunesp@adunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje

ELEIÇÕES

Adunesp reafirma princípios e cobra compromisso do novo reitor

Durante a campanha eleitoral para reitor, a Adunesp procurou estimular as discussões na categoria, participando dos debates e divulgando materiais (como o jornal conjunto com o Sintunesp, contendo uma extensa entrevista com os professores Amilton Ferreira e Marcos Macari). No dia 17/11, a entidade recebeu os candidatos, acompanhados de seus vices, para exporem suas propostas. Nesse dia, a Adunesp entregou a eles uma Carta Compromisso, contendo os pontos que considera fundamentais para a Universidade. Ambos pediram tempo para avaliar o documento. Passadas as eleições, o Sindicato ainda aguarda um retorno por parte do candidato eleito. A seguinte, veja a íntegra da Carta:

"A Carta Compromisso apresentada pela Adunesp

Na minha gestão, estarei comprometido com a defesa dos seguintes pontos:

- Contra a reforma universitária (ProUni, Lei de Inovação Tecnológica, Parceria Público-Privada).
- Reuniões periódicas com o Sindicato, sempre que solicitado, com temáticas relevantes à Universidade;
- Independência da Universidade frente aos governos federal, estadual e municipal;
- Contra qualquer tipo de ensino pago na Universidade;
- Diagnóstico sobre as fundações da Universidade, visando a transparência financeira e política;
- Participação da Adunesp S. Sindical no Conselho Universitário com direito a voz, com um representante indicado pelo Sindicato, semelhante ao que ocorre nas congregações;
- Fim de toda perseguição política nas universidades, com a readmissão de demitidos políticos e a suspensão imediata das punições e de processos disciplinares e legais de origem política contra estudantes, funcionários, professores e organizações sindicais e estudantis;
- Autonomia de organização sindical e estudantil;
- Eleição direta e paritária para reitor, com rebaixamento de titulação;
- Orçamento participativo.

Assumir as deliberações do IV Congresso da Adunesp:
- Definição de uma política salarial com acompanhamento das perdas salariais, junto ao Cruesp;
- Intensificação da luta pela garantia de financiamento estatal integral e combater a privatização das IES públicas, bem como denunciar o aligeiramento dos cursos de licenciatura e pedagogia das IES;
- Luta pelo aumento da dotação orçamentária das Universidades estaduais para 11,6% do ICMS e 2% para o Ceeteps, junto ao governo estadual e que este cumpra a Constituição, com repasse das verbas ali estabelecidas para educação e C&T;
- Manutenção do vínculo entre a Unesp e o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza;
- Luta pela democracia interna na Universidade, inclusive, nos órgãos colegiados, e pelo respeito às suas deliberações propondo:

a) a realização de um Congresso Universitário da Unesp
b) a realização da II Assembléia Universitária da Unesp, que inclua no seu temário essa questão.
c) audiência pública com o Conselho Estadual de Educação para discutir questões referentes à Unesp
- Aumento no número de vagas para a Unesp com a equivalente dotação de verbas, inclusive para a adequada ampliação dos quadros docente e técnico-administrativo, bem como infra-estrutura física e técnica que possibilite o seu pleno funcionamento e garanta a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Política permanente de contratação de professores em RDIDP e de funcionários, por concurso público, para reposição e ampliação do quadro das Universidades;
- Fim das terceirizações e das contratações precárias de docentes e funcionários via Fundunesp e demais Fundações;
- Por uma dotação orçamentária própria para manutenção e ampliação da assistência estudantil nas três Universidades e no Centro Paula Souza: moradia, restaurante e bolsas de estudo e transporte;
- Manutenção da isonomia salarial entre aposentados e o pessoal da ativa;
- Participação e articulação das lutas em defesa da educação pública, gratuita e socialmente referenciada, e da Ciência e Tecnologia, especificamente no campo da pesquisa e da pós-graduação, defendendo intransigentemente:
a) a ampliação de verbas públicas para financiamento da C & T (1,5% do PIB);
b) a integração ensino/pesquisa/extensão; graduação/pós-graduação; educação superior/educação básica; e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
c) a liberdade acadêmica dos professores, estudantes e técnico-administrativos, bem como a autonomia institucional, na definição e abordagem dos problemas e busca de soluções, contra a ingerência das instâncias do capital e do governo nas políticas acadêmicas e de C&T;
d) democratização e transparência na gestão dos órgãos de fomento;
e) os direitos referentes ao trabalho docente.

São Paulo, 17 de novembro de 2004."

Atenção, docentes

De 17 a 28 de janeiro, acontecem assembléias nas unidades

Na pauta, a escolha dos delegados ao 24º Congresso do Andes e o debate sobre a relação do Sindicato com a CUT

A Adunesp está indicando às subseções que realizem assembléia no período entre 17 e 28 de janeiro. O objetivo é definir quais serão os delegados da Adunesp (a entidade tem direito a 11) durante o 24º Congresso do Andes – Sindicato Nacional, que acontece de 24/2 a 1º/3, em Curitiba. Na assembléia, também vamos discutir um assunto que deve ocupar o centro das atenções no Congresso do Andes: a relação com a Central Única dos Trabalhadores/CUT. No último Conad do Andes, realizado em Brasília, de 5 a 7/11, a Adunesp apresentou um Texto de Resolução (TR), propondo a desfiliação da CUT. O Conad aprovou a deliberação de que o assunto deverá ser decidido no Congresso do Andes e que as AD's deverão submetê-lo às suas assembléias de base.

Nas páginas 14 a 16, veja mais detalhes sobre estas questões. E fique atento à convocação para a assembléia no seu campus.

CHAVE DE OURO...

Gestão Trindade termina com criminalização do movimento sindical e estudantil

Os fatos de triste memória que ocorreram na reunião do CO realizada em Araçatuba, em 2002, ainda apresentam desdobramentos lamentáveis. Para quem não se lembra, aquela reunião aprovou a expansão de vagas que ocorreria na Universidade em seguida. Diante dos protestos de estudantes, docentes e servidores, o reitor José Carlos de Souza Trindade não titubeou em jogar a polícia contra os manifestantes, com cães ferozes, bombas de gás e outros apetrechos comuns nos porões da ditadura militar. Não contente com isso, o reitor ainda instaurou uma sindicância contra alguns dos presentes, como é o caso do professor Milton Vieira do Prado Júnior, presidente da Adunesp, além de outros docentes, servidores e alunos.

Passados mais de dois anos do ocorrido, a informação é que os companheiros também estão sendo processados na justiça comum.

A Adunesp está levantando todas as informações sobre o assunto e tomará as medidas necessárias. De antemão, é necessário que fique claro que se trata de uma criminalização do movimento sindical e estudantil, inaceitável numa universidade pública, que deveria se colocar na vanguarda da prática democrática e progressista. Sem dúvida, um fecho de ouro para uma gestão tão rica em arbitrariedades, como a atual!

A reunião do CO, em Araçatuba: polícia contra a comunidade acadêmica

Jurídico propõe aos aposentados nova ação pela restituição dos 6% do Ipesp

Com base na orientação dos advogados da entidade, a Adunesp está propondo uma nova ação visando a restituição de 6% recolhidos para o Ipesp, a título de contribuição previdenciária, descontada dos aposentados durante a vigência da Emenda Constitucional 20/98 até a entrada em vigor da Lei Complementar 954/03. Os advogados explicam que, obedecida a prescrição qüinqüenal, pleiteia-se o ressarcimento de 6% descontados dos aposentados da data do ingresso da ação a cinco anos anteriores.

"Esclarecemos que estamos solicitando que o aposentado nos envie um termo de responsabilidade para que o docente aposentado fique ciente que, embora tenha já jurisprudência contrária, o Ipesp ameaça não pagar no futuro o benefício de pensão mensal aos beneficiários, sendo objeto da própria ação que não haja prejuízo do direito futuro da benefício da pensão previdenciária", ressaltam.

Para mais detalhes, consulte a subseção da Adunesp em seu campus ou ligue diretamente para a Adunesp (11-3242-7080).

Os documentos necessários para a ação são:

1- Cópia autenticada do RG e CPF;
2- Procuração (com firma reconhecida);
3- Termo de responsabilidade (com firma reconhecida);
4- Publicação do ato de aposentadoria (DO);
5- Cópia autenticada do holerite de dezembro de 2003 (antes da EC 41);
6- Contrato de honorários (assinado nas duas páginas e com firma reconhecida).

Previsões do Fórum das Seis consolidam-se. Reajuste de janeiro fica entre 2,4% e 2,7%

A forte greve de 2004 obrigou os reitores a recuarem em sua política de reajuste zero e a concederem reajuste na data-base. Um dos itens do acordo firmado prevê um reajuste extra em janeiro, de acordo com os números finais da arrecadação do ICMS em 2004.

As previsões do Fórum das Seis, de que a arrecadação bateria em R$ 33.526,00, estão se confirmando. Na reunião realizada no dia 9/11, os membros da Comissão Técnica do Cruesp informaram que a previsão dos reitores já está na casa dos R$ 33 milhões. Com isso, o percentual previsto para janeiro (a ser pago no holerite de fevereiro) deve ficar entre 2,4% a 2,7%. Os números finais só serão conhecidos no início do ano, quando forem divulgados os resultados definitivos do ICMS.

O reajuste em janeiro, embora aquém das necessidades da categoria, é uma vitória da greve e da luta da comunidade acadêmica.

DIREITOS

Assessoria Jurídica considera constitucional conversão de licença-prêmio em pecúnia

A divulgação de um ofício circular da Prad/Unesp (nº 53/2004), que elenca uma série de razões para a não concessão de licença-prêmio, gerou dúvidas na categoria. Para esclarecer a polêmica, a Adunesp solicitou um parecer à sua assessoria jurídica.

O ofício da Prad ancora-se na Lei Complementar nº 857/99 e no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2887-1 pelo Supremo Tribunal Federal. A Universidade alega que somente seria possível a conversão em pecúnia das licenças-prêmio para os que houvessem adquirido tal direito "dentro das regras então existentes em cada Poder" e que, no âmbito do Poder Executivo, a conversão era vedada desde o advento da Lei Complementar 644/89. Afirma, ainda, que a decisão do STF quanto à possibilidade de conversão da licença-prêmio em pecúnia não atinge os docentes da Unesp, posto que não analisa a lei local, que era pela vedação da referida conversão. Em resumo, a Universidade alega que a decisão (embora constitucional a conversão da licença–prêmio para casos de direito adquirido) não se aplica aos servidores da Unesp, o que os advogados da Adunesp consideram como improcedente.

No parecer, a assessoria do Sindicato destaca que "a Universidade deve aplicar todas as disposições legais de ordem federal e estadual a que está submetida, dentre elas o cumprimento das leis promulgadas dentro do Estado paulista, tal como a Lei Complementar nº 857/99, cujo controle de constitucionalidade certamente compete ao STF e cuja aplicação, insistimos, não excepciona os servidores da Unesp. A regra a que a Universidade alega estar submetida e que veda a conversão corresponde de fato à Sumula nº 21 da Procuradoria Geral do Estado. Reiteramos que não se pode submeter os servidores às orientações normativas locais que descumpram as normas vigentes do Estado de São Paulo, conforme a indigitada Súmula nº 21 da PGE."

Os advogados reforçam que, sendo assim, é certo que o cumprimento da LC 857/99 deve ser respeitado pela Unesp, sob pena de negativa de vigência a preceptivo legal, já que ratificada pelo próprio STF. Eles lembram que a LC 857/99 possibilitou a conversão em pecúnia da licença-prêmio, nos termos de seu Artigo 1º, combinado com o Artigo Único das suas Disposições Transitórias, nos seguintes termos, *in verbis*:

> *(...)*
> *"Art. 1º Fica vedada a conversão em pecúnia de períodos de licença prêmio."*
> *(...)*
> *DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA*
> *"Artigo Único – O disposto no artigo 1º desta lei complementar não se aplica aos períodos de licença-prêmio cujo o término do respectivo período aquisitivo seja anterior a 31 de dezembro de 1999 e cuja situação reger-se-á, em cada Poder, por normas regulamentadoras próprias."*

Os advogados ressaltam, ainda, que a interpretação da Unesp de que os dispositivos legais invocados não se aplicam aos servidores públicos do Poder Executivo é descabida. "A norma regulamentadora de cada Poder, frise-se, não tem o condão de afastar a incidência de Lei Complementar que abrange todos os servidores públicos, restringindo direito onde a própria lei não o faz".

Os advogados não têm dúvidas em afirmar que o artigo que mantém por um período de transição o benefício de conversão da licença-prêmio em pecúnia é constitucional. "Ressalve-se que a indigitada Lei Complementar nada criou, mas apenas regulou um período de transição para um benefício em fase de extinção. O artigo único das Disposições Transitórias foi considerado constitucional pela mais alta Corte do Judiciário Nacional, tendo como limite apenas os períodos de licença prêmio adquiridos até a data de promulgação daquela lei complementar (21/05/1999)."

Para que não pairem dúvidas, a assessoria jurídica da Adunesp ressalta que as razões de mérito da Universidade não procedem, em virtude do teor da decisão da ADI 2887-1 do STF:

"O Tribunal, por decisão unânime, julgou parcialmente procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade da norma impugnada, sem redução de texto, excluindo as situações jurídicas já constituídas até a data da Lei Complementar 857, de 20 de maio de 1999, do Estado de São Paulo"

RÁPIDAS

Pela imediata punição dos responsáveis pela chacina em MG

No dia 20/11, cinco trabalhadores rurais sem-terra foram assassinados na fazenda Nova Alegria, em Felisburgo, interior de Minas Gerais, e 13 ficaram feridos. Os sem-terra ocupavam a fazenda com autorização da justiça e apenas aguardavam a distribuição de 600 hectares para fins de reforma agrária. A chacina foi comandada pessoalmente pelo fazendeiro Adriano Chafik Luedy. Além dos tiros, os pistoleiros incendiaram os barracos das famílias. Todas as informações podem ser conferidas no site do MST (www.mst.org.br). As famílias dos sem-terra (cerca de 100) ocupam uma parte da fazenda, que se estende por dois mil hectares. Segundo o Ministério Público, as terras são devolutas e pertencem ao estado de MG.

Insatisfação com o governo Lula

Em todo o país, a insatisfação dos sem-terra com o governo Lula cresce a cada dia e se traduz num número cada vez maior de ocupações. Por conta da política de seguir as ordens do Fundo Monetário Internacional, o governo não cumpriu sequer a metade da meta estipulada para a reforma agrária em 2003, que previa o assentamento de 60 mil famílias. Apenas 36,8 mil foram assentadas. Para o primeiro semestre de 2004, a meta era de 47 mil, mas o número ficou em 21,7 mil famílias.

PERSEGUIÇÃO POLÍTICA

Adunesp solidariza-se com dirigente do Sintunesp e repudia ação retrógrada no campus de Assis

A servidora Maria José Manoel (Tata), dirigente do Sintunesp, está sendo vítima de uma inaceitável perseguição política por parte de dirigentes da administração do campus de Assis. Na moção abaixo, que historia os fatos, a Adunesp soma-se aos companheiros servidores para repudiar essa ação intimidatória, que traduz a tentativa de calar a voz dos trabalhadores da Unesp e, também, viola o acordo estabelecido com o Cruesp ao final da greve deste ano, de que não haveria nenhuma represália contra a comunidade acadêmica.

A não perseguição e a não punição aos grevistas foram compromissos acordados entre o Fórum das Seis e o Cruesp, em negociação do dia 25/7/2004, na cidade de Campinas.

Moção de repúdio à perseguição sindical. Em defesa do legítimo e democrático direito de opinião e organização dos trabalhadores

A Adunesp vem a público denunciar o que segue:

Durante o movimento grevista de 2004, em reunião convocada pela direção da unidade de Assis, no dia 25/6/2004, a funcionária e dirigente sindical Maria José Manoel exerceu seu legítimo direito de defender a categoria e o movimento grevista, rebatendo críticas e acusações que considerou descabidas. Nada mais fez do que explicitar sua opinião a respeito de fatos que diziam respeito à crise que atravessava a Universidade.

Em represália à postura firme da servidora, dirigentes da administração local deram início a um processo de sindicância contra ela, na tentativa não apenas de calar a sua voz, mas de intimidar o conjunto dos trabalhadores da Unesp. Se consolidado tal processo, estaremos voltando ao período obscuro da Idade Média, onde o delito de opinião era usual.

A Adunesp considera inadmissível que a sindicância seja utilizada como instrumento político de repressão à livre organização e manifestação sindical. Trata-se de uma postura retrógrada e reacionária, que procura atacar os que defendem a universidade pública, gratuita e de qualidade.

Lembramos que a não perseguição e a não punição aos grevistas foram compromissos acordados entre o Fórum das Seis e o Cruesp, em negociação do dia 25/7/2004, na cidade de Campinas. A sindicância contra a funcionária Maria José Manoel fere o acordo assinado ao final da greve e, mais do que isso, simboliza um ataque à comunidade universitária.

Diante desses fatos, exigimos a imediata extinção do processo contra a servidora!

Contra qualquer tipo de perseguição a qualquer membro da comunidade universitária!

Em defesa da democracia interna na Universidade, requisito essencial para a existência do ensino superior público, gratuito e de qualidade!"

São Paulo, 9/11/2004

Adunesp

**** Para as Congregações de todas as unidades administrativas da Unesp, para ser lida e constada em ata; aos órgãos colegiados centrais, Fórum da Seis e todas a entidades que o compõem (para providências junto ao Cruesp).***

Ato em defesa dos desempregados presos, na Argentina

RÁPIDAS

Liberdade para os presos políticos argentinos

Crescem as manifestações de solidariedade aos presos políticos de Caleta Olívia, na província argentina de Santa Cruz. Com o apoio do judiciário, a polícia daquela província deteve e processou 44 pessoas desempregadas, a pedido da empresa Repsol/YPF (multinacional petrolífera). Destas, houve pedido de prisão preventiva contra seis, antes de qualquer julgamento. Trata-se de uma evidente perseguição política e ideológica contra um dos setores mais organizados da população argentina, que resiste contra o aumento da miséria, provocado pela ação do imperialismo no país. Também no Brasil, estão sendo realizados vários atos. No dia 20/12, está marcada uma grande vigília em frente ao Consulado da Argentina, em São Paulo, na Avenida Paulista, a partir das 14 horas. Para expressar solidariedade aos presos argentinos, podem ser enviados e-mails para:

Presidente Néstor Kirchner
(secretariageneral@presidencia.gov.ar)

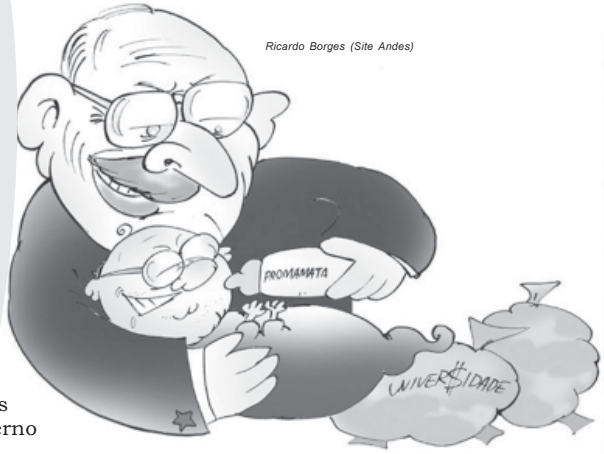
Governador de Santa Cruz, Sergio E. Acevedo
(gobernador@scruz.gov.ar)

Juiz Marcelo M. Bailaque
(camarasegundacirc@mcolivia.com.ar
e
jrecursos@mcolivia.com.ar)

GOVERNO LULA

Uma reforma contra os interesses da população

Em 5 pontos, as principais razões que levam a Adunesp a se opor firmemente às medidas batizadas pelo governo Lula como "reforma universitária"



Ricardo Borges (Site Andes)

Em seus 28 anos de existência, a Adunesp sempre foi fiel defensora da educação pública como um direito inalienável de toda a população. Em nome desse princípio, a entidade maior dos docentes da Unesp nunca se furtou ao debate e à luta. Agora, no momento em que a chamada reforma universitária ocupa o centro das discussões, é importante denunciar e lutar contra os escusos interesses que se escondem por trás de medidas aparentemente democráticas, como o são as propostas apresentadas pelo governo Lula.

A confusão reinante no cenário político é grande. E não é para menos, já que o atual governo – comandado por um ex-operário – foi eleito sobre a base de uma enorme expectativa popular. Num país onde milhões vivem na miséria e a educação de qualidade é um bem reservado a poucos, os que votaram em Lula esperavam dias melhores, ao menos diferentes daqueles vividos sob os governos anteriores. A realidade, no entanto, está longe disso. O atual governo está aprofundando a política pró-imperialista do antecessor FHC, de forma tal que beira ao surrealismo. As exigências feitas pelo FMI (como é o caso do superávit primário, destinado ao pagamento dos juros da dívida pública aos banqueiros) são cumpridas e ampliadas pelo atual governo. Apenas para se ter uma idéia do que isso representa em números, de janeiro a outubro de 2003, o governo destinou R$ 86,151 bilhões (superávit primário) ao pagamento das dívidas externa e interna e aplicou somente R$ 46,084 bilhões para todas as áreas sociais, entre elas a educação pública (*dados da campanha Jubileu Brasil, disponíveis em www.jubileubrasil.org.br*).

As reformas "sugeridas" pelo FMI ao governo FHC, que não as fez por absoluta falta de credibilidade, estão sendo implementadas com espantosa rapidez, como bem se viu com a pioneira delas: a previdenciária. Agora, Lula e cia. entregam-se à tarefa de "reformar" a estrutura sindical e trabalhista e o sistema universitário. Os motivos que movem tais "reformas" são os mais sórdidos possíveis e respondem aos interesses do empresariado nacional e estrangeiro.

No caso da reforma universitária, não é diferente. Partindo de um diagnóstico real – apenas 9% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos cursam faculdade e, destes, menos de um terço em instituições públicas – o MEC apresenta soluções que vão ao encontro das necessidades do ensino privado, como é o caso do ProUni, que analisaremos a seguir.

Embora seja, aparentemente, a medida mais polêmica da reforma, o ProUni não é a única grave. Há outros ingredientes (como a Lei de Inovação Tecnológica, o Sinaes, as Parcerias Público-Privadas etc) igualmente danosos. Vejamos:

1) ProUni, uma saída a favor dos mercadores da educação

O carro-chefe da reforma universitária é o Programa Universidade para Todos (ProUni), que se traduz na

... continua

Os insaciáveis

Votação do ProUni na Câmara reduziu número de bolsas

A medida provisória 213, que institui o Programa Universidade para Todos, o ProUni, foi aprovada pela Câmara dos Deputados no dia 1/12. Por pressão de alguns grandes grupos (como a UNIP), o que era ruim ficou pior ainda. Com a aprovação de uma emenda do PFL, o número de bolsas a serem concedidas pelas faculdades particulares, como contrapartida à isenção fiscal, cai de 10% para 7% do total de vagas. Com isso, a estimativa do governo é que o total de bolsas em 2005 passe de 112 mil para algo em torno de 70 mil. Para ter valor, a mudança deverá, ainda, ser aprovada pelo Senado e sancionada pelo presidente da República.

De acordo com o ProUni, as instituições que aderirem deverão oferecer 10% (ou 7%, se a emenda do PFL vigorar) em forma de bolsas a alunos carentes, oriundos de escola pública. Em troca, terão isenção fiscal (IR, Cofins, PIS, CSLL). Metade das bolsas deverá ser integral e destinada a alunos cuja renda familiar *per capita* não ultrapasse a um salário mínimo e meio. A outra metade será de 50%, para alunos com renda familiar *per capita* até três mínimos.

REFORMA UNIVERSITÁRIA

compra de vagas pelo governo junto às instituições privadas de ensino superior. Em troca, estas terão uma generosa isenção de impostos (Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas/IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido/CSLL, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social/Cofins e Contribuição para o Programa de Integração Social/PIS). A princípio, a intenção do governo é destinar 10% das vagas destas escolas para bolsas integrais ou parciais de 50% (*veja detalhes no box da página anterior*).

Segundo o MEC, o "ProUni poderá ajudar a modificar a difícil realidade do ensino superior no Brasil, pois o país figura entre as nações da América Latina com uma das mais baixas taxas de acesso ao ensino superior" (www.mec.org.br). "Apesar do aumento da oferta de cursos superiores, apenas 9% dos jovens de 18 a 24 anos de idade estão na faculdade, comparado a 27% no Chile, 39% na Argentina, 62% no Canadá e 80% nos EUA", diz o governo.

Foto: Adusp

Foto: Reprodução Estadão

Marcha em Brasília, no dia 25/11: protesto contra as reformas do governo Lula

Os dados são verdadeiros e refletem os resultados da política de sucateamento da educação superior pública e de favorecimento das privadas, levada à frente pelos governos anteriores. A saída, no entanto, não poderia ser mais inescrupulosa. A pretexto de oferecer vagas à população carente, o que se faz é resolver o grave problema de inadimplência do setor privado. O alto grau de adesão das instituições (mais de 1.200) revela a importância do ProUni para o setor privado.

O ProUni foi instituído a partir da publicação de uma medida provisória (nº 213), em 13/9/2004. Com a medida, a expectativa do MEC é a de gerar cerca de 115 mil bolsas em 2005 e 300 mil em cinco anos. Esse número, no entanto, pode ser bem menor, como mostra *box* ao lado.

A Adunesp, assim como o conjunto do movimento docente combativo, é amplamente favorável a que todos os jovens tenham acesso ao ensino superior, pois este é um direito básico e, também, condição decisiva para o desenvolvimento soberano do país. No entanto, desviar recursos públicos por meio de isenção de impostos, para criar vagas de duvidosa qualidade, é uma afronta à população. Os recursos públicos devem ser usados exclusivamente para a criação de vagas públicas e de qualidade.

2) Autonomia para as federais é falsa

Apresentada como um dos pontos fortes da Lei Orgânica da Educação Superior (documento já finalizado pelo MEC e que deve ser enviado ao Congresso no início de 2005), a autonomia para as universidades federais está longe de fazer jus ao nome. Segundo o secretário executivo do MEC, Fernando Haddad, "a reforma universitária planejada pelo governo federal deverá tirar do papel, depois de 16 anos, a autonomia das universidades federais" (www.mec.org.br, em 24/11/2004). Segundo ele, cada instituição terá poder de decisão sobre um orçamento próprio, incluindo custeio e investimentos.

Como se sabe, atualmente a autonomia nas federais é quase zero: o pagamento dos professores, por exemplo, é feito diretamente pela União. Embora a autonomia esteja relacionada ao conceito de liberdade acadêmica, sabe-se que seu exercício depende de condições jurídicas, administrativas, financeiras e de gestão. A autonomia proposta pelo MEC às universidades federais, nesse sentido, está comprometida.

Por um lado, a determinação da quantidade de recursos a serem repassados à universidade continua sendo prerrogativa do próprio governo, ou seja, sujeita à política econômica vigente, que prioriza os interesses dos banqueiros e deixa a educação pública à míngua. Por outro lado, as instituições terão que apresentar ao MEC um plano de trabalho, com projeção de curto, médio e longo prazos (Plano de Desenvolvimento e Gestão). Como sintetiza bem estudo feito pelo Andes, "deduz-se que, no limite, algum burocrata do MEC definirá as reais finalidades de cada instituição federal de ensino superior."

3) Avaliação

Ao mesmo tempo em que se desresponsabilizam com a educação

superior pública, os sucessivos governos brasileiros vêm concentrando sua atuação na avaliação das instituições de ensino. Assim foi com FHC, que criou o Exame Nacional de Cursos (Provão) e, agora, com Lula. Em abril de 2004, por meio da Lei 10.861, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Em julho deste ano, por meio da portaria 2051, foram regulamentados os procedimentos de avaliação da educação superior.

O Sinaes é composto do seguinte tripé: avaliação interna e externa das instituições de ensino superior; dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes (este último através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes/ Enade, em substituição ao Provão).

O planejamento e a operacionalização das ações serão realizados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). Esta comissão, que evoca para si toda a autoridade sobre a avaliação, terá uma composição bastante antidemocrática. São 13 membros: INEP (1), Capes (1), MEC (3), mais 5 membros indicados pelo ministro da Educação, representante dos docentes (1), dos técnicos-administrativos (1) e dos estudantes (1). Ou seja, uma comissão esmagadoramente governista.

O Enade, que teve sua primeira aplicação em 7/11 (avaliou 156 mil estudantes, sorteados entre 2.187 cursos de todo o país), é uma reedição do Provão, aprofundando seu caráter ranqueador, produtivista e punitivo.

O modelo criado com o Sinaes, na visão da Adunesp, é determinante para a reforma universitária em curso, sendo parte integrante dela. A bandeira histórica do movimento docente é que a avaliação do ensino superior seja participativa, emancipatória e democrática. Dada tamanha concentração de poder no Sinaes/Conaes, a dita autonomia de que fala o MEC é pura abstração.

4 Fundações serão legalizadas

Um dos aspectos mais danosos da reforma universitária é a legalização das chamadas fundações de "apoio". O Decreto 5.205, em tramitação, prevê que elas passem a ocupar papel de destaque na captação de recursos junto à iniciativa privada. Por um lado, trata-se de uma forma de isentar o Estado de seu papel de prover o ensino público. Por outro, legaliza uma situação que, nem de longe, beneficia as universidades.

Surgidas nos anos 80, as fundações são, com raríssimas exceções,organismos privados funcionando dentro das universidades públicas, apropriando-se de seus recursos e prestígio para oferecer cursos pagos e celebrar convênios com a iniciativa privada. Na USP, há 33 fundações que, em 2003, faturaram um total aproximado de R$ 200 milhões e repassaram àquela universidade apenas R$ 5,8 milhões (2,9% do total). Para onde segue todo esse dinheiro, pouco se sabe, a não ser que cobre o pagamento extra dos docentes e servidores envolvidos nos tais cursos e convênios, o que significa, na prática, a quebra da isonomia salarial no interior da universidade.

"Apoio" a quem?

Seminário apontou ilegalidades flagrantes no decreto que regulamenta as fundações

Nos dias 8 e 9/11, aconteceu em Brasília o seminário "As fundações de apoio às instituições de ensino superior: Situação atual e perspectivas, promovido pelo Ministério Público do Distrito Federal e Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Nacional (Profis). Participaram cerca de 200 pessoas, entre procuradores federais, promotores estaduais de justiça, reitores de universidades, representantes do MEC de fundações de "apoio". O objetivo foi discutir o decreto federal 5.205, editado pelo MEC e MCT, e que regulamenta a lei 8.958/94, que trata das relações entre as instituições federais de ensino superior e as fundações de "apoio".

Embora o decreto não apresente inovações do ponto de vista jurídico, foi consenso entre boa parte dos presentes que ele carrega uma série de irregularidades. As principais são:

Licitação

Diante da conclusão de que as fundações nascem privadas e adquirem a condição "de apoio" após preencher alguns requisitos exigidos pelo MEC, concluiu-se que estas são obrigadas a licitar, ao contrário do que prevê o decreto. A conclusão baseia-se no artigo 24, XIII da Lei 8.666 (lei de licitações). O simples fato de serem fundações de "apoio" não lhes confere o título de notória especialização.

O debate também revelou outra ilegalidade, que é a de formalizar contratos ou convênios com a administração pública (incluindo-se as universidades), por prazo indeterminado ou para gerir recursos públicos. Na realidade, apenas ao gestor público compete a gerência de recursos públicos.

Isenção de IR

Outra ilegalidade, bastante atacada no seminário, é prevista pelo artigo 7º do decreto: isenção de Imposto de Renda às fundações que concederem bolsas de ensino. De acordo com o artigo 150, parágrafo 6º da Constituição Federal, a isenção só pode ser concedida mediante lei específica, e não por meio de decreto.

Acúmulo de cargos

O decreto aponta a possibilidade do acúmulo de cargos nas fundações e na universidade pública (artigo 4º). Vários dos promotores e procuradores presentes ao seminário enfatizaram que tal acúmulo é ilegal, pois viola o regime de trabalho de dedicação exclusiva, podendo ocorrer em meio a conflitos de interesses. Há, ainda, a impropriedade jurídica de se atrelar aos estatutos das fundações o correspondente cargo público.

***Fonte**: Informações extraídas do Informativo Adusp nº 174, 19/11/2004.*

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Na Unesp, sabe-se da existência de dezenas delas. As únicas criadas pela própria Universidade são a Fundunesp, a Vunesp e a Edunesp (Editora da Unesp). Só no campus de Botucatu, por exemplo, há quatro (Fundação de Extensão, Pesquisas Agrícolas e Florestais/Fepap, Fundação de Apoio aos Hospitais Veterinários da Unesp/Funvet, Fundação do Instituto de Biociências/Fundbio e Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar/Famesp). Da mesma forma que ocorre na USP, também por aqui essas fundações promovem cursos e mais cursos pagos, obrigando os interessados a pagar por serviços que deveriam ser gratuitos. Além disso, tais fundações mantêm uma relação obscura com a administração da Universidade, que delas se utiliza para contratar funcionários sem concurso público.

Nas universidades federais, segundo o Andes, há 234 fundações em funcionamento. A situação de penúria dessas instituições de ensino, como se vê nos últimos anos, não melhorou em nada por isso.

Na realidade, a existência e a legalização de tais fundações significa a privatização por dentro da universidade pública. Na página anterior, veja matéria sobre o seminário "As fundações de apoio às instituições de ensino superior: Situação atual e perspectivas".

5) Inovação tecnológica

Uma parte importante da reforma da educação superior é uma lei já sancionada pelo presidente Lula, que trata da Inovação Tecnológica. Em resumo, ela propõe que as universidades possam captar recursos no mercado, oferecendo em troca serviços de inovação tecnológica. O docente passa a ser visto como "empreendedor", sendo remunerado conforme sua capacidade empreendedora. Essa mudança do papel do professor é chamada, na lei, de "modernização das relações de trabalho". A nova legislação oferece uma espécie de gratificação para o professor que produzir conhecimentos que venham a ser usados por empresas, chamada de "adicional variável" ou "bolsa de estímulo à inovação". Na prática, isso levaria à quebra da isonomia salarial no interior da universidade, permitindo a alguns poucos – já que nem todas as áreas interessam ao mercado – o benefício do complemento salarial. No bojo das Parcerias Público-Privadas (as PPP's), a Inovação Tecnológica também significa mais uma forma de repasse de recursos públicos para a iniciativa privada.

De acordo com seus interesses, as empresas definiriam o que será desenvolvido pela universidade pública, em termos de serviços, produtos etc. Para o Andes, o modelo reivindicado pelo governo Lula é o chinês: circuitos integrados de inovação e eficiência, que tornam as universidades uma repartição das grandes empresas. Isso seria feito a partir da criação de núcleos de inovação tecnológica, que fariam a mediação da instituição com a empresa.

Uma verdadeira política de incentivo à pesquisa e à inovação tecnológica passa longe da proposta do governo Lula. O que se pretende é continuar investindo pouquíssimo no setor, só que de forma direcionada aos interesses capitalistas. A reivindicação histórica das universidades públicas e do movimento docente é uma dotação maior de recursos e, também, pela autonomia das instituições, dos grupos de pesquisa, dos programas de pós-graduação (tanto na gestão dos recursos quanto na definição de um projeto de desenvolvimento científico e tecnológico que leve a um projeto de nação autônoma e soberana, em busca da melhoria de qualidade de vida de toda a população).

25/11: A marcha em Brasília
(Foto: Reprodução Estadão)

Fontes:

- "A contra-reforma da educação superior: Uma análise do Andes-SN das principais iniciativas do governo de Lula da Silva", caderno produzido pelo Grupo de Trabalho de Política Educacional do Andes (à disposição no site da Adunesp: www.adunesp.org.br).

- Site do MEC (www.mec.gov.br)

- Matérias publicadas na grande imprensa.

A REFORMA UNIVERSITÁRIA NAS ESTADUAIS PAULISTAS

Fórum das Seis participou de audiência pública na Alesp para discutir cotas e fundações

No dia 11 de novembro, data de mobilização contra a Reforma Universitária em todo o país, o Fórum das Seis participou de uma audiência pública na Assembléia Legislativa de São Paulo. A audiência ocorreu a pedido do próprio Fórum e foi conjunta entre as comissões de Cultura, Ciência e Tecnologia e a de Educação. Por falta de quórum de deputados, a audiência não teve um caráter formal, transformando-se em reunião. Na pauta, estavam: sistema de cotas, regulamentação da Lei das Fundações e destinação de mais verbas para as universidades públicas na Lei Orçamentária (LO). Estiveram presentes Carlinhos Almeida (PT), presidente da Comissão de Educação, Jonas Donisete (PSB), presidente da Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia, bem como os deputados Maria Lúcia Prandi, Roberto Felício e Pedro Simão (PT).

O professor Milton, presidente da Adunesp, fala durante a audiência na Alesp

Além das entidades sindicais que compõem o Fórum (entre elas, a Adunesp) e as representações estudantis, havia um representante da reitoria da Unicamp. Ele expôs o novo sistema de vestibular da Unicamp, que visa a formulação de políticas de inclusão social. Tal sistema está pautado na bonificação de pontos extras para alunos oriundos das escolas públicas (30 pontos) e para negros e índios (40 pontos). A Unesp esteve representada pelo pró-reitor Benedito Barraviera e pelo presidente da Vunesp, Avanir Figueiredo, que não se manifestaram na reunião.

Falando na condição de coordenador do Fórum, o professor Milton Vieira do Prado Jr. (presidente da Adunesp) fez duras críticas ao Programa Universidade Para Todos (ProUni), caracterizando-o como pura e simples transferência de recursos da educação pública para as escolas privadas, por meio de isenção de impostos. Ele também polemizou a respeito do PL 530, de 17/08/2004, que tramita na Assembléia Legislativa de São Paulo, propondo a instituição de um sistema de repartição de vagas nas universidades e faculdades públicas estaduais, destinadas a alunos de escolas públicas, afrodescendentes e indígenas. De acordo com o PL 530, que foi proposto por 28 deputados (21 do PT, 2 do PC do B, 2 do PP, 1 do PL, 1 do PPS e 1 do PSB), 50% do total de vagas destas instituições ficariam destinadas aos estudantes provenientes da rede pública de ensino. Destas, 30% ficariam com estudantes autodeclarados afrodescendentes.

O professor Milton questionou os deputados proponentes do PL 530 sobre a forma utilizada. Ele lembrou que, embora os sindicatos e entidades estudantis estivessem presentes meses a fio na Assembléia Legislativa, por conta das discussões e votações da LDO, nada se ventilou sobre o assunto. Para o Fórum, esta é uma maneira autoritária de tratar a questão, excluindo do debate um setor fundamental: a comunidade acadêmica. “O tema é polêmico e suscita várias outras preocupações”, disse ele, ressaltando que não há nenhuma proposta de aumento de vagas nas universidades (com o devido aumento de recursos), mas apenas a reserva de parte do que já existe. “Como estes jovens poderão se manter na universidade, se não contarem com apoio à moradia, alimentação, transporte etc?”, acrescentou o coordenador do Fórum. “Fala-se apenas no acesso, mas não na permanência desses alunos.”

Fundações

O professor Américo Kerr, da Adusp, falou sobre as fundações. Ele denunciou a existência de um projeto na Assembléia Legislativa, que visa a

... continua

legalização dos cursos pagos nas universidades públicas de SP, autoriza a participação de servidores estaduais nas fundações, permite às fundações o uso dos bens materiais e imateriais das universidades públicas, além de eliminar os repasses financeiros destas fundações às universidades às quais se vinculam.

Lei Orçamentária (LO)

Os deputados presentes informaram que o prazo legal para votação da Lei Orçamentária é 15 de dezembro. Segundo eles, até o momento não há nenhuma proposta do governo Alckmin de suplementação de recursos para a expansão ou manutenção da expansão.

O Fórum das Seis apresentou propostas de emendas à LO, requerendo mais recursos para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza.

Ao final da audiência, o deputado Carlinhos de Almeida afirmou que faria um relato da reunião e que o submeteria às Comissões de Educação e Ciência e Tecnologia, a fim de que incorporem as sugestões daquele debate. O deputado solicitou, ainda, contribuições ao PL 530 para análise da Casa, além de ressaltar que há sérios riscos de não virem recursos adicionais às universidades estaduais paulistas (extra-cota para a expansão). A única das três universidades que aparece na LO com rubrica específica para a expansão é a USP. A justificativa é que se trata de cursos e vagas novas (Zona Leste), o que não acontece com a Unesp e a Unicamp.

REFORMA UNIVERSITÁRIA E FUNDAÇÕES

Membros da Adunesp fizeram palestras no VII Congresso do Sintunesp

Em novembro, aconteceu o VII Congresso dos Trabalhadores da Unesp, organizado pelo Sintunesp. Foram realizados vários debates sobre a conjuntura política, com destaque para as reformas do governo Lula. O professor Antônio Luís de Andrade (Tato), do campus de Presidente Prudente, ex-presidente da Adunesp, falou sobre a reforma universitária. Tato destacou que os proprietários das faculdades particulares ampliaram muito suas vagas na era FHC e, agora, vêem-se diante de uma inadimplência entre 35% a 40%. "Esse é um dos principais motivos que levam o governo Lula a promover esta reforma, o que fica claro quando vemos uma de suas principais medidas, que é o Programa Universidade para Todos, o ProUni." Ele explicou que o ProUni permite que o governo compre vagas nas escolas privadas, em vez de ampliar o ensino público. "Em troca de 10% de suas vagas em bolsas de estudos para alunos carentes, tanto faculdades consideradas filantrópicas, quanto aquelas com fins lucrativos, ganham uma gorda isenção de impostos."

O professor Milton Vieira do Prado Júnior, do campus de Bauru, atual presidente da Adunesp, falou sobre as fundações de "apoio". Ele explicou que a lógica das fundações é a mesma que hoje está sendo imposta às universidades públicas: quem capta mais recursos fora, através de parcerias com empresas ou cursos pagos, ganha mais recursos e oferece cursos melhores. "É a política dos chamados centros de excelência dentro da universidade pública, os primos ricos contra os primos pobres." As fundações são um dos principais instrumentos dessa política, celebrando convênios privados, oferecendo cursos de especialização pagos, consultorias, projetos etc. "Como quer diminuir cada vez mais os recursos passados às universidades públicas, o governo surge agora com a proposta de legalizar as fundações e permitir que elas atuem livremente", ressaltou.

O VII Congresso do Sintunesp. Acima, o professor Milton, que tratou sobre fundações. Ao lado, o professor Tato, que discorreu a respeito da reforma universitária

25 DE NOVEMBRO

15 mil marcharam sobre Brasília

Foto: Adusp

Cerca de 15 mil pessoas – entre estudantes, trabalhadores, sem-terra e outros – marcharam em Brasília em 25/11, dia nacional de luta contra a reforma universitária e a mercantilização da educação . O eixo central do protesto foi a reforma universitária, que prevê a compra de vagas nas faculdades privadas e novos ataques às universidades públicas. Mas o protesto também se estendeu às outras reformas: sindical e trabalhista. Vários bonecos gigantes, retratando o presidente da República e alguns de seus ministros, traziam a inscrição de "traidores do povo". A marcha também reivindicou reforma agrária, já!

Fotos: Milton Vieira do Prado Jr.

As entidades que compõem o Fórum das Seis enviaram vários ônibus. Da Unesp, saíram caravanas de Bauru, Marília, Araraquara, Rio Claro e Franca, num total aproximado de 200 pessoas.

A marcha foi organizada pelo Andes, Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas), Conlute (Coordeção Nacional de Lutas dos Estudantes) e diversos sindicatos e organizações dos movimentos sociais.

O professor Milton Vieira do Prado Júnior, presidente da Adunesp, esteve em Brasília no dia 25 e avalia que a marcha demonstrou ao governo federal que o movimento sindical – em especial, o Andes – é contrário à reforma universitária proposta pelo MEC.

Foto: Andes

Em relação à reforma sindical/trabalhista, vários sindicalistas e parlamentares denunciaram a intenção de atacar o movimento sindical e retirar direitos trabalhistas. "Ficou evidente, na maioria das falas, que a CUT não representa mais os trabalhadores e que a Central está aliada ao governo e trabalhando favoravelmente às reformas universitária e sindical/trabalhista", ressalta o professor Milton. "O importante é seguir com a resistência, denunciar as medidas privatistas do governo junto à universidade, esclarecer a categoria e aumentar a nossa luta", conclui.

Foto: Reprodução Estadão

ORGANIZAÇÃO DOCENTE

Luta contra as reformas e relação com a CUT foram os eixos do 49º Conad do Andes

De 5 a 7 de novembro, aconteceu em Brasília o 49º Conad (Conselho do Andes – Sindicato Nacional), com a presença aproximada de 150 pessoas, entre delegados, observadores e convidados. A Adunesp foi representada pelos professores Milton Vieira do Prado Júnior (delegado) e Osvaldo Gradella Júnior (observador).

Na pauta do Conad, havia pontos polêmicos, como a proposta de desfiliação do Andes da CUT e a reafirmação do Andes como único representante dos docentes do ensino superior para qualquer mesa de negociação e representação. Também estavam na pauta a elaboração de um calendário e organização do movimento docente visando barrar as reformas do governo federal, bem como atualização do Plano de Lutas geral e dos setores (federais, estaduais e particulares).

Após o debate sobre as reformas em curso, foi reafirmada a necessidade de participação ativa no calendário de lutas previsto para novembro (dia de luta em 11/11 e marcha a Brasília em 25/11), bem como nas atividades que ainda serão organizadas.

A mesa do Conad: fala o sociólogo Francisco de Oliveira, da USP

O TR da Adunesp

O 49º CONAD do Andes-SN delibera que:
1 – O 49º CONAD indica para as seções sindicais a necessidade de sair da CUT, deliberação esta que poderá ser tomada no próximo Congresso do Andes-SN.
2 – O Andes-SN participe efetivamente do CONLUTAS, podendo contribuir financeiramente à exemplo de sua contribuição com a CNESF.
3 – O Andes-SN e suas seções sindicais participem no encontro promovido pelo Conlutas no Fórum Social Mundial.

A íntegra do TR defendido pela Adunesp no 49º Conad pode ser acessada no site da entidade

Relação com a CUT

Os professores Milton e Osvaldo relatam que a discussão sobre a desfiliação da CUT é bastante polêmica no Andes. O Texto de Resolução (TR) apresentado pela Adunesp, apesar de não ser o único, acabou por nortear o debate. "Após a declaração da liderança da CUT de apoio à reforma universitária, as diversas intervenções no Conad evidenciaram a urgência de discutirmos nas assembléias a possibilidade de desfiliação do Andes da CUT", explicam. Para este tema, as deliberações foram as seguintes:

1) Indicar às seções sindicais a discussão sobre a desfiliação, a ser deliberada no 24º Congresso;
2) Manter a suspensão do pagamento à CUT, até que as seções sindicais expressem sua posição no próximo Congresso;
3) Desautorizar a CUT a falar em nome do Andes.
4) O Andes deve continuar participando da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e de movimentos classistas combativos de enfrentamento às reformas sindical, trabalhista e universitária, bem como continuar a contribuir materialmente para o desenvolvimento destas atividades.

Além dessas deliberações foi aprovada a necessidade de ampliar o debate e de produzir materiais para orientar os filiados à tomada de decisão.

Adunesp defendeu saída da Central

Após discutir a questão em suas plenárias gerais, a diretoria da Adunesp redigiu um Texto de Resolução (TR), que foi debatido no 49º Conad. O TR propõe que o Andes desfilie-se da CUT.

O TR da Adunesp ressalta que a discussão foi aberta formalmente no 23º Congresso do Andes, em Salvador, no início de 2004. Naquele momento, a decisão foi por aprofundar o debate nos marcos do reconhecimento de que não era mais possível tomar a direção da Central para um sentido combativo, classista e independente. Essa constatação havia ficado muito clara no período em que foi votada a reforma da Previdência, que significou um profundo ataque ao funcionalismo público, em favor dos interesses dos grandes bancos... mas que contou com o apoio decisivo da CUT. Outro exemplo é a participação da Central na elaboração da proposta de reforma sindical, que prevê o enfraquecimento da democracia sindical e a concentração de poder na cúpula das centrais sindicais.

O TR da Adunesp também cita o episódio da greve nas universidades estaduais paulistas que, embora houvesse durado três meses e defendesse o ensino público, não contou com a solidariedade material ou política da CUT.

Um dos trechos do TR diz: "Paralelo a essas conclusões, ganhava força a

... continua

49º CONAD DO ANDES

certeza de que resistir era uma necessidade e uma tarefa a ser construída pelo Andes, em conjunto com outros sindicatos, em espaços que ainda não fossem controlados pelo governo e pela CUT".

Diante desses fatos, o texto da Adunesp salienta que a tentativa de reverter esta situação parece não ser mais possível devido à burocratização da CUT, iniciada em seu 3º Congresso, realizado em 1988, quando os estatutos da Central foram alterados no sentido de aumentar os prazos entre seus fóruns e reduzir a participação de representantes de base. "Todas as observações feitas espelham as experiências mais recentes do Andes em relação à CUT e nos colocam diante da seguinte situação: continuar na CUT e insistir na reversão de seu quadro, correndo o risco certo de sermos seguidamente derrotados e enquadrados pela Central; ou sairmos da CUT e apostarmos na construção de um organismo intersindical cuja natureza seja combativa, classista e independente."

Citando a reforma sindical, o TR afirma que fica evidente qual deve ser nossa relação com a CUT e nosso posicionamento no movimento sindical. "Se aprovada, avança-se na verticalização definitiva da estrutura sindical, cimenta-se um pacto negocial entre capital e trabalho e criminaliza-se a greve. Portanto, considerando que a CUT esgotou-se como central combativa, classista e independente, a tarefa que vem se configurando desde, pelo menos, o 47º CONAD, passa por nossa saída da CUT, pela afirmação de todos os fóruns de resistência contra as reformas e pela construção de uma intersindical".

Repasse financeiro à CUT será suspenso a partir de dezembro

Seguindo a deliberação do 49º Conad (*veja na matéria da página anterior*, a Adunesp está suspendendo os repasses financeiros à CUT/SP a partir de dezembro. A suspensão permanece até a decisão final, a ser tomada durante o 24º Congresso do Andes, no final de fevereiro. Essa decisão foi reafirmada na última plenária da Adunesp, realizada em 8 de dezembro.

24º Congresso do Andes já tem data

De 24 de fevereiro a 1º de março de 2005, acontece em Curitiba o 24º Congresso do Andes. O tema central será "Unidade e independência da classe trabalhadora: Direitos sociais e projeto de emancipação". Veja mais detalhes nas próximas publicações ou no *site* da Adunesp.

... continua

Conlutas realiza encontro nacional em janeiro

A Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) pretende realizar um grande encontro nacional em janeiro, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. O objetivo é definir um plano de ação que dê continuidade ao processo de lutas em curso, contra as reformas do governo Lula. Seguindo deliberação de sua plenária, a Adunesp deverá enviar representantes a este encontro.

Nos dias 4 e 5 de dezembro, aconteceu o encontro estadual da Conlutas em São Paulo, com a presença de cerca de 300 pessoas, representando 40 entidades sindicais (de trabalhadores privados e de servidores).

A Conlutas nasceu de uma série de atividades realizadas neste ano contra as reformas do governo Lula, todas elas à margem do apoio ou da participação da CUT. Em 16 de junho, um ato nacional foi realizado em Brasília, com a presença aproximada de 20 mil manifestantes. Antes disso, cerca de duas mil pessoas haviam participado de um grande encontro sindical em Luiziânia (próximo a Brasília), para discutir e organizar a luta contra as reformas, a partir da constatação de que a direção da CUT estava aliada ao governo, contra os trabalhadores.

49º CONAD DO ANDES

Grupo ligado ao governo tenta dividir o Sindicato Nacional

Ricardo Borges (Site Andes)

Durante o 49º Conad, uma das discussões mais acaloradas foi a iniciativa perversa de ataque ao Andes por parte de um grupo de professores ligados ao governo federal e à chapa derrotada nas últimas eleições. Eles propõem a organização dos docentes das universidades federais em separado do restante da categoria (estaduais e particulares). Trata-se do Fórum de Professores das IFES (Proifes), uma iniciativa que tem o evidente objetivo de desarticular o movimento dos docentes e, como conseqüência, os movimentos sociais que lutam contra as reformas do governo Lula.

Os representantes da Adunesp, Adusp e Adunicamp presentes ao Conad ficaram indignados com a tentativa do grupo ligado ao Proifes de utilizar a organização do Fórum das Seis como exemplo para fundamentar a sua criação. Eles divulgaram uma carta aberta de repúdio ao Proifes, intitulada "**Não nos usem para tentar destruir o Andes**".

Um dos trechos da carta diz que a tática do Proifes é a de "tentar dividir as bases do nosso Sindicato, que engloba docentes da educação superior, técnica e tecnológica em todo o território nacional e que atuam em instituições públicas ou privadas, federais, estaduais ou municipais". O documento diz que esta abrangência tem sido um dos elementos essenciais da força do movimento docente, principalmente no momento em que a universidade pública torna-se alvo sistemático de políticas governamentais, via contra-reformas da Previdência e da educação superior, que submetem os interesses da sociedade brasileira aos ditames do capital, expressos nas exigências do FMI e do Banco Mundial; em que o governo tenta desqualificar qualquer critica ou contestação e destruir, em especial, nossos sindicatos (via contra-reformas sindical e trabalhista).

"O caráter pretendido para tal entidade permanece oculto. A pretensão seria a de criar um canal privilegiado para interlocução e negociação com o governo federal? Ou o embrião de um novo sindicato?", questiona a carta.

Adunesp, Adusp e Adunicamp repudiam qualquer tentativa de ligar essa iniciativa à experiência do Fórum das Seis. A carta explica que "o Fórum das Seis não é uma entidade, não se rege por estatutos e regimentos, não tem diretoria e jamais se prestou a tentar desestabilizar o sindicato nacional, propondo entidades paralelas". O documento diz, ainda, que "o Fórum das Seis é composto por entidades representativas de docentes, de funcionários e se articula com as entidades estudantis, o que caminha exatamente no sentido oposto da proposta do Proifes. Enquanto aglutinamos forças, articulando diferentes categorias, a proposta desse grupo de docentes aposta na divisão e no enfraquecimento do Andes."

A carta aberta da Adunesp, Adusp e Adunicamp enfatiza: "Não nos usem em seus propósitos de tentar destruir nosso Sindicato Nacional!"

Em tempos de fim de ano, a Adunesp faz suas as palavras de dois poetas. Como diz Mário Benedetti, "que os justos avancem, avancem ainda que sejam imperfeitos e estejam feridos". Como diz o poeta Mário Quintana, que 2005 seja um "tempo de entusiasmo e coragem, em que todo desafio é mais um convite à luta, que a gente enfrenta com toda disposição de tentar algo NOVO, de NOVO e de NOVO".

Adunesp S. Sindical